



Fundação Laura Artiaga

Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2018

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 Dez 2018	31 Dez 2017
ATIVO			
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4.1	18 846,46	19 140,75
Bens do património histórico e cultural			
Propriedades de Investimento	4.2	185 608,87	194 271,93
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros			
		204 455,33	213 412,68
Ativo corrente			
Inventários		0,00	0,00
Cientes		0,00	0,00
Adiantamentos a fornecedores		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos		0,00	0,00
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros			
Outras contas a receber	5	1 330,39	23 598,92
Diferimentos	6	512,17	383,82
Outros ativos financeiros		0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários	7	668 748,79	559 971,04
		670 591,35	583 953,78
Total do Ativo		875 046,68	797 366,46
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	8	271 017,44	271 017,44
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados	8	264 539,78	198 586,33
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	8	55 560,00	55 560,00
Resultado líquido do período	8	185 866,17	177 253,45
Total do fundo de capital		776 983,39	702 417,22
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras contas a pagar		0,00	0,00
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores	9	505,55	738,00
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros entes públicos	10	450,13	119,50
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Diferimentos	11	24 100,04	23 699,88
Outras contas a pagar	12	73 007,57	70 391,86
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
		98 063,29	94 949,24
Total do Passivo		98 063,29	94 949,24
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		875 046,68	797 366,46

CC

A Administração

Francisco Mário Baralheira

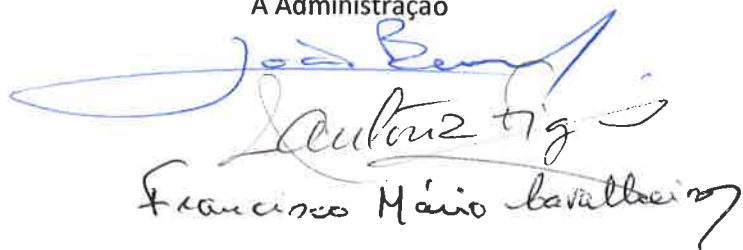
FUNDAÇÃO LAURA ARTIAGA**Demonstração de Resultados****Período findo em 31 de Dezembro de 2018**

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados		0,00	0,00
Subsídios, doações e legados à exploração			2 650,00
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos	13	-12 973,00	-6 983,59
Gastos com o pessoal	14	-4 147,55	-4 086,89
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	15	-5 583,88	-21 769,77
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	16	304 679,02	292 452,23
Outros gastos e perdas	17	-87 150,55	-76 543,52
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		194 824,04	185 718,46
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	18	-8 957,35	-8 463,97
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		185 866,69	177 254,49
Juros e rendimentos similares obtidos	19	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	19	-0,52	-1,04
Resultados antes de impostos		185 866,17	177 253,45
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		185 866,17	177 253,45

CC



A Administração


Francisco Mário Lavalleiro



Índice

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE	3
2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	3
2.1. Referencial contabilística de preparação das demonstrações financeiras	3
3. PRINCIPAIS POLITICAS CONTABILÍSTICAS	4
3.1. Bases de Apresentação	4
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração	5
4 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	7
4.1 Ativos Fixos Tangíveis	7
4.2 Propriedades de Investimento	8
5 OUTRAS CONTAS A RECEBER	9
6 CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS	10
7 FUNDOS PATRIMONIAIS	10
8 FORNECEDORES	11
9 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	11
10 DIFERIMENTOS	11
13. OUTRAS CONTAS A PAGAR	12
14. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	12
15. GASTOS COM O PESSOAL	12
16. IMPARIDADE DE DIVIDAS A RECEBER	13
17. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	13
18. OUTROS GASTOS E PERDAS	13
19. GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	14
20. RESULTADOS FINANCEIROS	14
21. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS	14
22. ACONTECIMENTOS APÓS DATA DE BALANÇO	15



1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A Fundação Laura Artiaga é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “Associação/IPSS” com estatutos totalmente remodelados de acordo com o DL n.º 119/85 de 25 de Fevereiro, registados no Livro das Associações de Solidariedade Social sob o n.º 71/85, e publicados no Diário da República n.º 115 de 20/05/1985, Série III, em 2011.

Tem sede em Lisboa na Rua Alexandre Ferreira N.º 46 A Lumiar. A sua acção visa criar e manter em Vila Nova de Tazem a “Obra Social da Fundação Laura Artiaga”, de apoio as famílias carenciadas.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Referencial contabilística de preparação das demonstrações financeiras

Em 2017 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março; e
- Normas Interpretativas (NI).

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social) para este normativo é 1 de Janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

Todas as demonstrações financeiras são expressas na unidade monetária euros.



3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela instituição na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, A Fundação Laura Artiaga continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas "*Devedores e credores por acréscimos*" e "*Diferimentos*".

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os sócios e utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas



tomadas por parte dos sócios e utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Instituição, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Instituição e ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Instituição espera vir a incorrer.

As despesas subsequentes que a Instituição tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:



Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e Recursos Naturais	
Edifícios e outras construções	50
Equipamento Básico	5
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	5

3.2.3 Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento. Estes ativos não se destinam a fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados.

3.2.5 Clientes e outras contas a Receber

Os “*Clientes*” e as “*Outras contas a receber*” encontram-se registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas no Balanço em “*Perdas por Imparidade*”, de forma a reflectir o seu valor realizável líquido.

As “*Perdas por Imparidade*” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente).

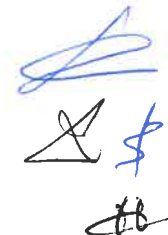
3.2.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” incluem caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

3.2.7 Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “*Fornecedores*” e “*Outras contas a pagar*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.8 Fundos Patrimoniais



A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;

3.2.9 Impostos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- d) *“As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;*
- e) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;*
- f) *As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”*

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Instituição dos anos de 2014 a 2017 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.2.10 Gastos e Rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados de acordo com o princípio da especialização de exercícios, sendo reconhecidos à medida que são gerados independentemente do momento em que se verifica o seu pagamento ou recebimento.

4. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

4.1 Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de 2017 e 2018, mostrando as adições, os

abates, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com os seguintes quadro:

	Saldo a 31/12/2016	Aumentos	Reduções	Amortizações do exercício	Saldo a 31/12/2017
Bibliotecas	7 000,00				7 000,00
Terrenos	4 489,10				4 489,10
Edifícios e Construções	7 946,18			294,29	7 651,65
Equipamento Básico	0,00				0,00
Equipamento Administrativo	0,00				0,00
Outros activos Fixos Tangíveis	0,00			0,00	0,00
Totais	19 435,28			294,29	19 140,75

	Saldo a 31/12/2017	Aumentos	Reduções	Amortizações do exercício	Saldo a 31/12/2018
Bibliotecas	7.000,00				7.000,00
Terrenos	4.489,10				4.489,10
Edifícios e Construções	7.651,65			294,29	7.357,44
Equipamento Básico	0,00				0,00
Equipamento Administrativo	0,00				0,00
Outros activos Fixos Tangíveis	0,00			0,00	0,00
Totais	19.140,75			294,29	18.846,46

3.3 Propriedades de Investimento

No que concerne às "Propriedades de Investimento" os movimentos ocorridos, nos períodos de 2018 e 2017, foram os seguintes:

	Saldo a 31/12/2016	Aumentos	Amortizações do Exercício	Saldo a 31/12/2017
Terrenos	86 019,28			86 019,28
Edifícios e outras Construções	116 422,33		8 169,68	108 252,65
Totais	202 441,61	0,00	8 169,68	194 271,93

	Saldo a 31/12/2017	Aumentos	Amortizações do Exercício	Saldo a 31/12/2018
Terrenos	86.019,28			86.019,28
Edifícios e outras Construções	108.252,65		8.663,06	99.589,59
Totais	194.271,93		8.663,06	185.608,87

Os Imóveis que se encontram arrendados são os seguintes:

- Av. Miguel Bombarda , nº93
- Av. de Roma nº34
- Av. Padre Manuel da Nóbrega nº 17-17H
- Lg. Conde Ottolini nº 20-3º Dt.

5. OUTRAS CONTAS A RECEBER

A rubrica "Outras contas a receber" tinha, em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a seguinte decomposição:

		2018	2017
23	Pessoal		0,00
2721	Outras Receitas		4 029,70
278	Outros Devedores e Credores	1.330,39	201 494,10
279	Imparidades Devedores		-181 924,88
	Totais	1.330,39	23 598,92

6. DIFERIMENTOS

Em 2018 encontra-se divulgado o valor de 512,17€ referente a gastos com seguros a reconhecer.

7. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2018 e 2017, encontrava-se com os seguintes saldos:

		2018	2017
11	Caixa	1.279,51	790,99
12	Depósitos à ordem	667.469,28	559.180,05
Totais		668 748,79	559 971,04

8. FUNDOS PATRIMONIAIS

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações durante os anos 2018 e 2017.

		31-12-2017	Aumentos	Diminuições	31-12-2018
51	Fundos	271 017,44			271 017,44
56	Resultados transitados	198 586,33	177 253,45	111 300,00	264 539,78
59	Variaç.Fundos patrimoniais	55 560,00			55 560,00

		31-12-2016	Aumentos	Diminuições	31-12-2017
51	Fundos	271 017,44			271 017,44
56	Resultados transitados	179 703,87	90 182,46	71 300,00	198 586,33
59	Variaç.Fundos patrimoniais	55 560,00			55 560,00

		31-12-2018	31-12-2017
81	Resultado Líquido do Período	185.866,17	177.253,45

Em Resultados Transitados o aumento é resultado da passagem do resultado do ano anterior e a diminuição é a distribuição conforme estatutos .

Variações dos Fundos Patrimoniais divulgam a doação da D. Henriqueta Fonseca do imóvel sito no Largo Conde Ottolini nº20-3ºDt Lisboa.

9. FORNECEDORES

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

		2018	2017
271	Fornecedores c/c	505,55	738,00

10. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

No Passivo a rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" é discriminado da seguinte forma:

		2018	2017
24	Estado e outros entes públicos	505,55	738,00

11. DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

		2018	2017
2829	Diferimentos Rendas	24.100,04	23.699,88

12. OUTRAS CONTAS A PAGAR

		2018	2017
2711	Fornecedores Imobilizado	136,55	4 867,47
2722	Credores por acréscimo de gastos	7 110,17	851,75
278	Rendas Cauções	65 760,85	64 672,64
	Totais	73 007,57	70 391,86

13. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, foi a seguinte:

		2018	2017
62	Fornec. e serviços externos	12 973,00	6 983,59
622	Serviços especializados	11 137,17	5 106,09
623	Materiais	238,38	255,70
624	Energia e fluidos	137,82	137,22
625	Deslocações, estadas e transportes	1 010,55	1 078,00
626	Serviços diversos	449,08	406,58

14. GASTOS COM O PESSOAL

O número médio de pessoas ao serviço da Fundação em 31/12/2018 e em 31/12/2017 foi de 1 trabalhador dependente.

Os gastos que a Fundação incorreu com os funcionários foram os seguintes:

		2018	2017
63	Gastos com o Pessoal	4 147,55	4 086,89
632	Remunerações do pessoal	3 500,00	3 500,00
635	Encargos sobre remunerações	574,00	574,00
636	Seguros de acidentes no trabalho e doenças profiss	73,55	12,89

15. IMPARIDADE DE DIVIDAS A RECEBER

Nesta rubrica foi efectuado o reforço para cobrança duvidosa de rendas em atraso.

		2018	2017
65	Perdas por imparidade	5 583,88	21 769,77
651	Em dívidas a receber Rendas	5 583,88	21 769,77

16. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

		2018	2017
78	Outros rendimentos e ganhos	304 679,02	292 452,23
787	Rendimentos e ganhos em Investim. não financeiros	299 886,70	274 756,90
788	Outros	4 792,32	17 695,33

17. OUTROS GASTOS E PERDAS

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

		2018	2017
68	Outros gastos e perdas	87 150,55	76 543,52
686	Investimentos ñ Financeiros	22 413,19	20 879,72
688	Outros *	64 737,36	55 663,80

* Apoio pecuniário a carenciados.

18. GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, os gastos com depreciações e amortizações apresentam-se como se segue:

		2018	2017
64	Gastos de depreciação e de amortização	8 957,35	8 463,97
641	Propriedades de investimento	8 663,06	8 169,68
642	Ativos fixos tangíveis	294,29	294,29
6422	Edifícios e Outras Construções	294,29	294,29
6423	Equipamento Básico		
6426	Equipamento Administrativo		

19. RESULTADOS FINANCEIROS

Nos períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

	2018	2017
69 Gastos e perdas de financiamento	0,52	1,04
691 Juros suportados	0,52	1,04
Total	0,52	1,04
79 Juros, dividendos e outros rend similares	0,00	0,00
791 Juros obtidos		0,00
798 Outros juros	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Resultados Financeiros	-0,52	-1,04

20. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS

A Instituição não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Instituição perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

21.ACONTECIMENTOS APÓS DATA DE BALANÇO

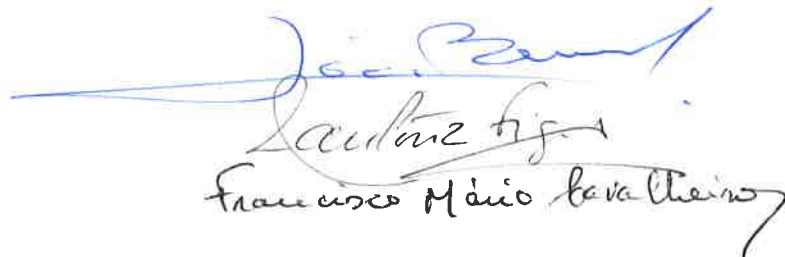
Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2018.

Lisboa, 29 Abril de 2019

Técnico Oficial de Contas



A Administração



Francisco Mário Cavalleiro